

1



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS**  
CONSELHO DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS  
Rod. Washington Luís, Km 235 – Caixa Postal 676  
Fone/Fax: (16) 3351-8121 CEP: 13565-905 – São Carlos/SP  
E-mail: coace@ufscar.br

2

3

## ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO

4

## CONSELHO DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS

5

6 **Data:** 31 de maio de 2016

7 **Horário:** 14h

8 **Local:** Anfiteatro da Reitoria

9 **Presidência:** GERALDO COSTA DIAS JUNIOR

10 **Membros:** Conforme assinaturas na lista anexa

11 **Secretária:** LUANA DOMINGUES PEREIRA

12 Aos trinta e um dia de maio de dois mil e dezesseis, às 14 horas, no anfiteatro da Reitoria realizou-se a 24ª  
13 Reunião Ordinária do Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis – CoACE da Pró-Reitoria de  
14 Assuntos Comunitários e Estudantis – ProACE, presidida pelo Pró-Reitor GERALDO COSTA DIAS  
15 JUNIOR juntamente à Pró-Reitora Adjunta Profª Drª Maria Aparecida Mello. O presidente saudou os  
16 conselheiros e informou que esta reunião substitui a anterior que não foi realizada por falta de *quorum*. Após  
17 isso o presidente informou sobre uma demanda do Conselho Universitário, de que o CoACE deve indicar  
18 seus novos representantes junto ao Conselho Universitário, pois o mandato da Profª Drª Débora Burini e do  
19 Prof Dr Alan Victor Pimenta de Almeida Pales da Costa, como titular e suplente, respectivamente, findou em  
20 dezembro de 2015. Assim o presidente, na presença de todos, fez o convite para o Prof. Dr. Eduardo Pinto e  
21 Silva para representar o CoACE como membro titular e, também, à Profª Drª Dulce Helena Ferreira de  
22 Souza, para ser suplente. Os professores aceitaram o convite com o consentimento dos demais membros do  
23 conselho. Depois foi pronunciado um informe da presidência sobre o movimento de ocupação da ProACE  
24 por um grupo de alunos que reivindicavam alguns benefícios e auxílios concedidos no tocante à questão de  
25 alimentação, café da manhã, refeições no final de semana, entre outras demandas apresentadas junto à área  
26 de Assistência Estudantil. Esse grupo de alunos, em determinado momento do movimento, ocupou também a  
27 reitoria da Universidade. A instituição, por meio da administração, montou uma comissão de quatro Pró-  
28 Reitores, os quais estão negociando com os estudantes a possibilidade de atendimento das várias demandas.  
29 São reuniões quinzenais, às sextas-feiras às 18 horas, nas quais estão sendo apresentados todos os  
30 andamentos das negociações e as providências tomadas. Isso tem trazido benefícios à área de Assistência  
31 Estudantil, em todos os aspectos que garantem a permanência do estudante dentro da instituição. Como  
32 informes das unidades, o chefe do DeACE-Ar, Wilson Aparecido Silva, informou que, há cerca de dois  
33 meses, tem sido implementado, no campus de Araras, atividades na linha de produção de saúde com o  
34 objetivo de sair do âmbito assistencial curativo e pensar em atividades sociais que possam produzir maior  
35 qualidade de vida no campus, como aulas de yoga e rodas de conversas voltadas aos alunos. Logo em  
36 seguida a chefe da UAC, Profª Mara Silvia Ap. Nucci Marassutti informou que no mês de junho a UAC  
37 entrará no processo de eleição para a composição do Conselho de Usuários. A candidatura dos interessados  
38 em participar do conselho será entre os dias seis e dezessete de junho e a finalização do processo será no dia  
39 trinta de junho de 2016. O presidente passou a palavra à Profª Drª Maria Aparecida Mello que informou  
40 sobre a reunião que a ProACE teve com a direção e as entidades de alunos de Sorocaba, em maio. Nesta  
41 reunião foram analisados projetos, como o UFSCão, que tem por finalidade cuidar dos cachorros que  
42 residem no campus e encaminhá-los para a doação; foi explicada as dificuldades e necessidades encontradas  
43 pelos alunos e, também, sobre os limites que a ProACE tem para atender essas demandas, mas que será feito

44 o possível para que esse projeto, que é praticamente uma ONG, tenha o apoio necessário. Outro projeto  
45 citado foi o da criação de uma plataforma *online*, na qual os alunos da Universidade têm a possibilidade de  
46 se informar sobre os programas assistenciais e informações sobre o entorno da universidade. A cada hora  
47 foram feitas reuniões com grupos de alunos com objetivos diferentes para discutir questões sobre moradia,  
48 atlética e a necessidade dos alunos terem apoio para permanecer na instituição. Para a ProACE foi uma  
49 reunião muito proveitosa, pois reforçou a importância de conhecer e apoiar esses movimentos de alunos em  
50 todos os campi da UFSCar. Apesar de algumas demandas não dizerem respeito à ProACE, a Prof<sup>a</sup> avaliou as  
51 reuniões como úteis para pensar estratégias em conjunto e conseguir apoiar esses grupos de alunos. Nesse  
52 momento o presidente precisou atender um chamado do vice-reitor e a presidência foi assumida pela Pró-  
53 Reitora Adjunta que perguntou aos conselheiros se havia informes dos membros. Não havendo nenhuma  
54 consideração, a Pró-Reitora Adjunta passou para a ordem do dia, iniciando com a aprovação da Ata da 23<sup>a</sup>  
55 Reunião do CoACE, realizada aos nove dias de dezembro de dois mil e quinze, que foi aprovada por  
56 unanimidade. O próximo ponto de pauta foi a respeito do Calendário CoACE, com reuniões marcadas para  
57 os dias 12 de julho, 6 de setembro, 8 de novembro e 6 de dezembro, todas realizadas às terças-feiras às 14:00  
58 horas. A Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Aparecida Mello esclareceu que esta votação era para ter ocorrido na reunião  
59 anterior, que não foi realizada por falta de *quorum*. Foi questionado se havia alguma contrariedade a esses  
60 dias e alguns membros avaliaram a reunião do mês de julho como crítica por ser um mês de recesso. Por  
61 consenso, a data foi alterada para o mês de agosto. O calendário foi aprovado por unanimidade, considerando  
62 essas alterações e as novas datas serão encaminhadas posteriormente por e-mail aos membros. O ponto de  
63 pauta seguinte foi sobre o orçamento da ProACE. O Pró-Reitor retomou a presidência do conselho e explicou  
64 que próximo ao final de cada ano, o Ministério da Educação envia uma solicitação de orçamento, para que  
65 em dois ou três dias a Universidade apresente uma projeção de orçamento para o ano subsequente. Sendo  
66 assim, é necessário esperar o término do exercício de 2015, para a análise das demandas colocadas pelos  
67 departamentos da ProACE, para certificar se elas foram ou não atendidas, e a partir desse levantamento do  
68 orçamento final de 2015, fazer uma projeção para 2016. Existe um intervalo de tempo entre a solicitação do  
69 MEC e a resposta apresentada, de acordo com a realidade do dia a dia. A ProACE respondeu ao MEC o  
70 quanto foi utilizado de recurso em cada alínea. Além disso, realizou uma pesquisa junto aos departamentos  
71 das projeções de necessidades para o próximo ano. Tais projeções não coincidiram com o cálculo realizado  
72 de dez por cento de acréscimo em cada unidade, porque as demandas que são atendidas e as novas que  
73 surgem para o ano seguinte só se concretizam quando termina o ano em exercício. O presidente apresentou a  
74 projeção dos recursos utilizados com acréscimo de dez por cento de aumento, que foi passado ao MEC, com  
75 o valor que será gasto em cada área assistencial atendida pela ProACE. O presidente apresentou, ainda, o  
76 retrato da realidade subsequente, feita no final do ano com cada unidade da ProACE, posicionando as  
77 expectativas de orçamentos para o ano de 2016. Novamente os dados não coincidiram com o encaminhado  
78 ao MEC. Entretanto, o pró-reitor tem a memória de cálculo do orçamento dos anos anteriores. Esse  
79 procedimento o auxilia no balizamento dos orçamentos dos próximos anos. Ele então explicou ao conselho  
80 como chegou ao valor das alíneas do orçamento 2016 da ProACE. No final de cada exercício, de 2014 e  
81 2015, por exemplo, o Ministério da Educação promoveu cortes no recurso PNAES; houve cinquenta por  
82 cento de cortes em obras e investimentos, o que só foi divulgado no final do ano em exercício. Após toda a  
83 coleta desses dados, em janeiro de 2016, que o pró-reitor começou a trabalhar no orçamento. Por isso tem  
84 dois quadros de orçamentos, com o valor global final igualitário de R\$8.917.633,000. Só nesse momento é  
85 que são elaborados os estudos com prospecções anteriores, para saber o quanto cada setor terá de orçamento  
86 para o ano de 2016. No orçamento deste ano, o MEC fez um aporte de recursos de oitenta por cento até agora  
87 e não liberou integralmente para a Universidade os nove milhões; vinte por cento desse orçamento está sob  
88 domínio do Ministério da Educação. O recurso PNAES não sofreu cortes na alínea de custeio, então espera-  
89 se que o MEC cumpra o que projetou em agosto e setembro de 2015. Se o Ministério da Educação não  
90 cumprir, por consequência do quadro político, econômico e social do país, este orçamento sofrerá alterações.  
91 As demandas que os estudantes apresentaram em relação a alimentações aos finais de semana, café da  
92 manhã, entre outras, estão impactando nos recursos PNAES, pois, neste momento, a Universidade está  
93 utilizando esses recursos para cumprir com a bolsa de R\$110,00 que está sendo repassada para alimentação.  
94 A organização terá de restituir esses valores. Normalmente, o Ministério da Educação envia o recurso à  
95 Universidade dividido em doze partes, mensalmente; esse trabalho é feito com cautela e segue preceitos  
96 básicos que partem de demandas mais urgentes. Terminada essa explanação, a presidência indagou se o  
97 conselho necessitava de mais esclarecimentos. A Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Dulce Helena Ferreira de Souza, representante do  
98 CCET, solicitou esclarecimentos sobre como são divididos os valores das alíneas, pois a alínea de viagens e  
99 apoio estudantil estava mais onerosa do que a alínea da bolsa atividade. O Pró-Reitor esclareceu que é feito  
100 um contrato de alocação de ônibus, por meio de processo de licitações e o custo do serviço se compõe pela

101 quilometragem rodada, mais as despesas inerentes ao veículo, tais como a sua manutenção. O contrato é  
102 referente ao período do meio de 2015 até o meio de 2016. Desse modo, o valor representa o contrato todo,  
103 por isso a diferença na comparação com a bolsa atividade. O Pró-Reitor destacou que há uma Comissão que  
104 está estudando a reformulação no Programa de Assistência Estudantil, devido ao surgimento de novas  
105 demandas; o maior número de artigos que compõem o Programa diz respeito à Bolsa Atividade, porém essa  
106 não é a bolsa fundamental da ProACE, pois possui um valor pequeno comparado às demais bolsas. Então há  
107 uma proposta de alteração desta bolsa, por não haver comparativo de importância entre essa bolsa e as outras  
108 (moradia, alimentação), a qual será apresentada a este conselho em um momento conveniente. Não havendo  
109 outras manifestações, o orçamento da ProACE foi aprovado por unanimidade. O próximo item apresentado  
110 foi o Relatório Anual de Atividades da ProACE de 2015, encaminhado a todos os conselheiros. A Profª Drª  
111 Maria Aparecida Mello deu início à apresentação do relatório, apresentando dados sobre a Bolsa Moradia  
112 Vaga, que neste ano resultou em um total de dez por cento de aumento, comparado ao ano anterior. Em São  
113 Carlos, o número de bolsas passou a ser 581; Araras, 33; Sorocaba, 68; e Lagoa do Sino continua sem este  
114 tipo de bolsa por não haver estrutura na região para tal assistência. A Bolsa Moradia em espécie apresentou  
115 um aumento de 11,27%; em São Carlos o número de bolsas passou a ser 444; Araras, 77; Sorocaba, 65 e  
116 Lagoa do Sino, 75, sendo este o aumento mais significativo: de quase setenta e cinco por cento, devido à  
117 falta de moradias no entorno da universidade. A Bolsa Moradia Mãe e Pai também teve um aumento de  
118 37,5%, passando para 22 bolsas em 2015. Na Bolsa Atividade, por *campus*, houve aumento de onze por  
119 cento, sendo São Carlos o *campus* com mais demanda e Lagoa do Sino com um decréscimo de dez para sete  
120 bolsas. O decréscimo é explicado por desistências dos alunos ao longo do ano e pela não apresentação dos  
121 devidos relatórios, perdendo assim o direito ao privilégio. A Bolsa Permanência, por ser aplicada pelo MEC,  
122 não é de controle da ProACE, sendo apenas homologada pelo Pró-Reitor. Esta, também, apresentou um  
123 aumento, tanto na categoria de não-indígenas como indígenas. Porém, após uma nova orientação do MEC,  
124 esta bolsa passou a ser disponibilizada apenas aos indígenas e quilombolas. O auxílio transporte oferecido  
125 apenas aos campi que ficam longe da cidade e apresentam difícil acesso, também aumentou, em Araras, para  
126 29; Sorocaba para 74 e em Lagoa do Sino para 85. No total, o aumento foi de 132 em 2014 para 188 em  
127 2015. Em Sorocaba, este benefício será extinto, já que haverá a possibilidade de utilização do Passe Livre  
128 proporcionado pelo Estado. Em contraposição, o auxílio alimentação, neste ano, apresentou um decréscimo  
129 de 580.000 para 564.000 em São Carlos, em comparação ao ano passado, o que pôde ser explicado como  
130 consequência da greve, a qual, por sua extensão, apresentou este impacto. Nos outros campi, o número de  
131 refeições aumentou: Araras para 79.000; Sorocaba, 170.000 e Lagoa do Sino, 41.000. No Serviço Social  
132 também houve uma variação significativa de trinta e três por cento na quantidade de atendimentos: em São  
133 Carlos de 3.900 passou para 6.300; Araras de 769 para 570; Sorocaba de 1.850 para 2.000 e em Lagoa do  
134 Sino, de 382 passou para 342. Na saúde, houve um total de vinte e cinco por cento de aumento; de 4.000 para  
135 5.302 no campus de São Carlos. Em Araras foi de 1.292 para 1.688; vinte e nove por cento a mais. Sorocaba  
136 de 1.554 para 1.625; com 4,5% por cento de aumento. O atendimento psicológico teve decréscimo de 542  
137 para 416, por haver uma diminuição do número de estudantes assistidos. O atendimento no campus de Lagoa  
138 do Sino (enfermagem e psicologia) cresceu em cento e dezoito por cento. E a Unidade de Atendimento à  
139 Criança (UAC) apresentou 16 vagas a mais em 2015. O Pró-Reitor retomou sua palavra, finalizando o  
140 resumo do relatório e em seguida houve a aprovação por unanimidade dos dados apresentados. Neste  
141 momento houve a junção dos itens de pauta 2.5 e 2.6 por tratarem da mesma unidade (UAC), os pontos se  
142 referiam à aprovação dos *ad referendum* da presidência que constituiu a Comissão de coordenação do  
143 processo de universalização de vagas da UAC para o ingresso de crianças em 2016 e aprovou o edital de  
144 universalização das vagas. O presidente esclareceu que por serem bimestrais as reuniões desse Conselho, é  
145 necessário que a presidência se manifeste autorizando esses procedimentos administrativos. Esclarecidos,  
146 iniciou-se a votação, aprovada por unanimidade. Em seguida, os itens 2.7 e 2.8 também foram reunidos por  
147 se referirem juntamente à prorrogação de prazo das atividades das Comissões constituídas no Conselho para  
148 a apuração dos fatos relatados nos Boletins Internos de Ocorrência nº8317 e nº7034 e dos fatos ocorridos na  
149 portaria sul da UFSCar envolvendo os alunos A.P. e H.O.P. Não havendo demais considerações, houve a  
150 aprovação dos pontos apresentados. O Pró-Reitor chamou então a Profª Marisa Silvana Zazzetta, Presidente  
151 das Comissões de apuração dos fatos relatados nos BIOS nº8317 e nº7034 e dos fatos ocorridos na portaria  
152 sul da UFSCar envolvendo os alunos A.P. e H.O.P., para atualizá-los sobre o andamento das atividades. A  
153 Profª Marisa Silvana Zazzetta começou apresentando os trabalhos da Comissão de apuração dos fatos  
154 relatados nos BIOS nº8317 e nº7034, que envolve um grupo de pessoas que adentrou o campus de São Carlos  
155 indevidamente, em uma noite de “Palquinho”, com a suposta autorização de um estudante do curso de  
156 Licenciatura em Física, sendo que um indivíduo supostamente pertencente ao grupo fez ameaças aos  
157 porteiros, dizendo portar arma de fogo. A Comissão iniciou as atividades de apuração dos fatos em nove de

158 dezembro de 2015, notificando ao aluno a instauração da Comissão e convocando-o para oitiva, além de  
159 verificar se este já teria praticado alguma irregularidade na instituição. Foram realizadas as oitivas com os  
160 envolvidos e em depoimento o chefe de segurança de vigilância noturna alegou que o estudante liberou a  
161 entrada de diversas pessoas, viu as ameaças, mas não a arma de fogo. A Comissão propôs então uma  
162 penalidade de acordo com o Regimento Geral da UFSCar, tipificando tal irregularidade como uso indevido  
163 da carteira estudantil. Já o processo de apuração dos fatos ocorridos na portaria sul da UFSCar, envolvendo  
164 os alunos A.P. e H.O.P., diz respeito à liberação, por parte dos alunos, do ingresso de indivíduos não  
165 pertencentes à comunidade universitária no campus, no período noturno, para participarem de um evento  
166 denominado Sarau, posicionando-se assim contra as normas da Universidade. Após as oitivas desse  
167 processo, houve a formulação do termo de indiciamento com tipificação da irregularidade e penalidade de  
168 acordo com o Regimento Geral da UFSCar. Nesta etapa, os estudantes envolvidos em ambos os processos  
169 estão tomando conhecimento do termo de indiciamento para que possam manifestar sua defesa. A Profa.  
170 alegou que está sendo difícil o contato com esses alunos para que tomem ciência e retirem o termo de  
171 indiciamento para, então, apresentarem a defesa, assim como, foi para o agendamento das oitivas, para os  
172 quais a comissão precisou se valer de ofícios, cartas registradas, telegramas, uso de redes sociais, processos  
173 esses que demandam bastante tempo. Após a atualização sobre os processos, a Profª Draª Dulce Helena  
174 Ferreira de Souza parabenizou o trabalho da comissão e manifestou sua indignação pelo fato de a Comissão  
175 apresentar um grande trabalho para resolver as ocorrências e, ainda assim, haver a pressão dos estudantes na  
176 portaria em dias de “Palquinho”, os quais até então estão proibidos, e promovem a entrada de indivíduos não  
177 autorizados, causando insegurança em toda a comunidade universitária, além das ocorrências registradas. A  
178 Profª Draª Dulce Helena Ferreira de Souza ainda pediu que as chapas que estão concorrendo à presidência da  
179 Reitoria se manifestem a respeito e apresentem suas opções de providências a serem tomadas. A Profª Drª  
180 Ariadne Chlõe Mary Furnival questionou se o controle de ingresso de indivíduos na Universidade é feito só  
181 com pessoas que entram no campus de carro. A Profª Marisa explicou que pelos relatos entende que  
182 deveriam ser todos, inclusive os que ingressam de moto, ônibus ou a pé. Ela também disse que ficou bastante  
183 claro para a Comissão que esses tipos de questões mais difíceis acontecem, geralmente, em dias de  
184 “Palquinhos”, nos demais dias tudo transcorre normalmente, sendo para os vigilantes um trabalho sob  
185 pressão e ameaça, durante esses dias. Além de apurar os fatos a Comissão pretende fazer recomendações  
186 nesse sentido. A Profª Ariadne, então, pediu explicação sobre a penalidade de advertência escrita, como essa  
187 é arquivada e, então, a Profa. Marisa explicou que, pelo regulamento, as advertências não ficam registradas  
188 no histórico escolar do aluno, ela vai estar registrada, por exemplo, na ProACE para subsidiar futuras  
189 Comissões de Apuração. Em seguida o Pró-Reitor iniciou a apresentação das atividades da Comissão de  
190 averiguação do relato do BIO nº6729 de primeiro de novembro de 2014 e do MI 38/2014, explicando a  
191 ausência do presidente da Comissão Prof. Dr. Alan Victor Pimenta de Almeida Pales Costa. O Sr. Geraldo  
192 leu os dois últimos parágrafos do relatório final da Comissão, o qual se refere a eventos realizados no Bloco  
193 5 da moradia interna da UFSCar São Carlos. Os parágrafos dizem que a Comissão mantém sua posição  
194 quanto às acusações apresentadas no termo de indiciamento relativos a barulho excessivo configurado como  
195 perturbação da ordem, bem como a expressa atitude agressiva do estudante G.B. dirigida aos seguranças  
196 presentes no local. Por fim, a Comissão recomenda que os estudantes envolvidos sejam responsabilizados  
197 pelos fatos relatados no BIO nº6729 e repreendidos por escrito nos moldes do item 1 do artigo nº60 do  
198 Regimento Geral da UFSCar. O discente R.Q.A., envolvido neste processo, ao se pronunciar na reunião,  
199 mostrou sua insegurança diante das decisões tomadas pela Comissão e pediu mais clareza na descrição do  
200 processo para que possa formular sua defesa, além da apresentação do relatório antes do prazo estabelecido  
201 para ter a possibilidade de tomar suas próprias providências. O Sr. Geraldo explicou, então, que os  
202 estudantes têm direito de observação de todo o processo, bem como pedido de vista deste a qualquer  
203 momento. Concluído este assunto, o Pró-Reitor iniciou o item 2.12, que se referia ao pedido de  
204 reconsideração dos alunos envolvidos na Comissão apuradora do uso de recursos públicos destinados à  
205 participação em atividades extracurriculares por discentes. O Sr. Ocimar Aparecido Rodrigues, membro da  
206 Comissão, foi chamado para ler a manifestação dos discentes. Geraldo acrescentou que há uma parte da  
207 defesa que propõe o parcelamento das dívidas devido à situação econômica dos alunos. A aluna B.Q.C.  
208 pediu a fala para explicar que o uso do dinheiro foi errôneo, mas não mal intencionado. Visto isso, e por  
209 serem bolsistas, eles pediram um prazo para conseguirem efetivar a devolução do dinheiro, além da não  
210 repreensão escrita aos alunos. O Pró-Reitor esclareceu que o Conselho concordou com a posição da  
211 Comissão e que pode haver um pedido de reconsideração por parte dos alunos. Houve a abertura do processo  
212 de votação após o apelo do aluno R.Q.A., no qual serão avaliados o pedido de parcelamento da dívida e a  
213 retirada da repreensão escrita sobre os alunos. O parcelamento foi aprovado por unanimidade e será discutido  
214 junto à ProACE e aos alunos R.Q.A. e B.Q.C. Já a retirada da repreensão escrita não foi aprovada, com

215 apenas um voto a favor. O item 2.13, que tratava do adiamento das eleições de docentes e técnico-  
216 administrativos do Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis, começou a ser explicado com a  
217 consideração de que o Conselho foi criado após a instalação da Pró-Reitoria. Para ter efetividade foi preciso  
218 um processo de eleição dos membros do conselho que foi feito fora do contexto de eleição organizado pela  
219 Secretaria dos Órgãos Colegiados (SOC). O Presidente então colocou em votação o adiamento do processo  
220 de eleição deste ano, propondo que seja efetuado em agosto/setembro, junto à eleição dos conselhos,  
221 incorporando-se a todos os outros. O parecer da ProACE é que não haverá muitos prejuízos durante este  
222 tempo e diz ser viável que o Conselho continue composto apenas por membros indicados pelos Centros  
223 Acadêmicos, por não haver a possibilidade, por lei, de prorrogação do mandato dos membros eleitos  
224 anteriormente. Sem mais considerações, a votação sobre o adiamento do processo de eleição do CoACE foi  
225 aprovada por unanimidade. Enfim, começou a ser tratado o último item de pauta (2.14), o qual se referia aos  
226 recursos indeferidos no processo seletivo para o Programa de Assistência Estudantil, Bolsas e Auxílios para  
227 o ano de 2016. Com nove casos a serem analisados, alguns por os indivíduos excederem a renda per capita,  
228 um sobre extrapolar a renda base para a aplicação da bolsa atividade e outros dois sobre assistência a alunas  
229 que já estão na segunda graduação. A Profª Drª Angélica Martins de Souza Gonçalves perguntou se havia a  
230 verificação de uma suposta renda variável familiar no caso de trabalho autônomo. A chefe do Departamento  
231 de Serviço Social, Evellyn, disse que esta verificação é feita com a apresentação de três declarações  
232 atualizadas dessa renda variável. Após algumas manifestações das pessoas cujos casos estavam sendo  
233 avaliados neste item de pauta, o Pró-Reitor explicou a limitação do Conselho diante das aprovações de bolsas  
234 de Assistência Estudantil, diante da falta de verba para atender tais demandas. Abriu-se então o processo de  
235 votação para a manutenção dos pareceres emitidos pela área de Assistência Social, o qual foi aprovado com  
236 uma abstenção. Com isso, o Pró-Reitor agradeceu a presença de todos e finalizou a reunião. Eu, LUANA  
237 DOMINGUES PEREIRA, na qualidade de secretária, lavrei a presente ata, que, se aprovada, será assinada  
238 pelos membros presentes.

239

240 Sr. Geraldo Costa Dias Junior (Presidente) \_\_\_\_\_

241

242 Profa. Dra. Maria Aparecida Mello (Pró-Reitora Adjunta) \_\_\_\_\_